



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

16 de maio de 2017

Ata da Quadragésima Oitava Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia dezesseis do mês de maio, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Olyntho Neto, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Eli Borges, Ivory de Lira, Jaime Café, Jorge Frederico, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Solange Duailibe e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Eduardo do Dertins, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira e Júnior Evangelista. Estavam ausentes os Senhores Deputados Alan Barbiero, Amélio Cayres,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

José Bonifácio, Stalin Bucar e Valdemar Júnior. Após a leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 54/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 30/2017, que “altera a Lei número 2.986, de 13 de julho de 2015, e adota outras providências”, reedição da Medida Provisória número 21, publicada em 3 de abril de 2017; Mensagem número 55/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 31/2017, que “dispõe sobre os Sistemas de Administração Financeira Estadual e de Contabilidade Estadual, e adota outras providências”, reedição da Medida Provisória número 22, publicada em 7 de abril de 2017; Mensagem número 56/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 32/2017, que “altera o art. 1º-A da Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica e adota outras providências”, reedição da Medida Provisória número 23, publicada em 7 de abril de 2017; Mensagem número 61/2017, de autoria do Senhor Governador do



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Estado encaminhando a Medida Provisória número 33/2017, que “altera os arts. 1º e 6º da Lei número 2.327, de 30 de março de 2010, que institui a Produtividade por desempenho de Atividade Administrativo-Fazendária – PDAAF aos servidores administrativos lotados na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins”, reedição de Medida Provisória número 24, publicada em 11 de abril de 2017; Mensagem número 62/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 34/2017, que “cria o Fundo Penitenciário Estadual-Funpes, e adota outras providências”, reedição da Medida Provisória número 25, publicada em 12 de abril de 2017; Mensagem número 63/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 35/2017, que “prorroga o prazo de isenção do ICMS para a operação de que trata a alínea “f” do inciso I do art. 2º da Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, e adota outra providência”, reedição da Medida Provisória número 26, publicada em 12 de abril de 2017; Mensagem número 64/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 36/2017, que “altera a Lei número 3.174, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Tocantins”, reedição da Medida Provisória número



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

27, publicada em 12 de abril de 2017; e Projeto de Lei número 89/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “define diretrizes para a Política Estadual de Busca a Pessoas Desaparecidas, e dá outras providências”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 90 e 91/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; 92/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; e os Requerimentos que receberam os números 1.122 a 1.151. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números 1.115 e 1.116, de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar; 1.117, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 1.123, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa; 1.124, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto; 1.063, de autoria do Senhor Deputado Alan Barbiero; e 1.071, de autoria do Senhor Deputado Toinho Andrade. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Toinho Andrade. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Zé Roberto e Paulo Mourão. Logo após, assumiu a Presidência a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Na Ordem do Dia, por falta de quórum, a Senhora Presidente transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, a Senhora Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e sete



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário